



TENSÃO NAS AMÉRICAS

Trump reaviva a Doutrina Monroe

Estados Unidos adotam documento que reposiciona a estratégia de segurança mundial da Ásia para enfrentamento de "ameaças urgentes" na América Latina. Anúncio coincide com pressão por mudança de regime na Venezuela

» RODRIGO CRAVEIRO

A pressão sobre o regime do ditador venezuelano, Nicolás Maduro; as ameaças de combate ao narcotráfico e de intervenção militar direta na Colômbia e no México; os ataques a lanchas supostamente usadas pelos cartéis de drogas, no Mar do Sul do Caribe; e os planos de tomada do Canal do Panamá. Os olhos do Tio Sam voltaram-se para a América Latina não à toa. Documento publicado pelo governo do presidente Donald Trump, intitulado *Estratégia de Segurança Nacional*, redireciona a estratégia de segurança mundial de Washington para foco na América Latina e ressuscita a chamada "Doutrina Monroe", sob o nome de "Doutrina Corolária Trump". Ao citar o "desaparecimento da civilização europeia", o dossiê propõe recuperar o "predomínio dos Estados Unidos" no território latino-americano.

Com o propósito de propagar a visão "America First" ("Os EUA em primeiro lugar", pela tradução literal), o documento reposiciona a política externa da Casa Branca, nos últimos anos voltada para a Ásia. O texto anuncia que os Estados Unidos reajustarão sua "presença militar global para enfrentar ameaças urgentes em nosso Hemisfério (Oeste)", e se afastar de cenários cuja importância relativa para a segurança nacional diminuiu nas últimas décadas ou anos".

Presidente da Colômbia entre 1994 e 1998 e secretário-geral da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) de 2014 e 2017, Ernesto Samper Pizano ([leia Duas perguntas para...](#)), 75 anos, acusa Trump de ter "destroçado" uma relação bilateral de mais de 30 anos de luta conjunta contra as drogas entre Colômbia e EUA. "Ele fez isso como parte de sua política equivocada de diplomacia ideológica, segundo a qual os Estados Unidos mantêm relações apenas com países ideologicamente alinhados ao neofascismo de Trump", declarou ao *Correio*, por e-mail.

Denilde Oliveira Holzhacker — doutora em ciência política e professora de relações internacionais na ESPM — considera a Doutrina

Abigail Reyes/Marinha dos EUA/AFP



Porta-aviões USS Gerald R. Ford, o maior do planeta, chega a St. Thomas, nas Ilhas Virgens dos Estados Unidos, no Mar do Caribe

Hemisfério Ocidental no centro do interesse

Criada em 1823 pelo então presidente americano, James Monroe, a Doutrina Monroe determinava que as potências europeias eram obrigadas a respeitar o Hemisfério Ocidental como uma esfera de interesse dos Estados Unidos. Em suma, a Europa foi convidada a não interferir em assuntos do Hemisfério Ocidental — América do Sul e do Norte e Caribe.

Corolário Trump uma reedição da Doutrina Monroe, segundo a qual o continente americano é área de influência dos Estados Unidos. "Ela afirma que os EUA não podem permitir que potências regionais atuem na área. É o retorno de uma política com tendência mais intervencionista e mais voltada para as situações de uso da coerção, muitas vezes. A agenda para a América Latina envolve a fronteira entre EUA e México, a imigração e

Arquivo pessoal



Eu acho...

"O documento reforça a visão do 'America First' ('Os Estados Unidos em primeiro lugar') e a posição de uma política externa mais coercitiva, mas não intervencionista do ponto de vista global. Também uma política que tenta dar uma lógica e coerência às ações feitas pelo próprio Trump, neste ano. Há um reposicionamento da visão de mundo e em defesa dos interesses americanos, deixando parte de seus aliados em situação de menos proteção."

Denilde Oliveira Holzhacker, doutora em ciência política e professora de relações internacionais na ESPM

o controle do narcotráfico e de armas", disse à reportagem.

Holzhacker alerta que essa política pode retomar um sentimento antiamericanista muito intenso na América Latina. "Sempre que os EUA adotaram uma ação como essa, causaram instabilidades internas e mudanças de regime, para que sejam mais alinhados aos interesses americanos. O Corolário Roosevelt, por sua vez, trazia a ideia de que se tem a coerção, mas

também uma atuação que buscava a prosperidade, com investimentos americanos no Hemisfério Ocidental", observou.

A estudiosa percebe uma "clara indicação" à China de que os EUA não tolerarão uma presença chinesa marcante em questões estratégicas. "É uma posição que recoloca uma posição americana que gerou uma série de posicionamentos antiamericanos. O documento reinsere o continente americano como área de

prioridade contra a ascensão de outros países, como a China. Na parte sobre a Ásia, o que fica claro é a identificação de que a China é a grande rival e que os EUA serão cada vez menos condescendentes na relação sino-americana", avaliou Holzhacker. "O cenário mais complexo é a parte sobre a Europa, em que o documento coloca o quanto Washington sairá do papel de protetor dos países europeus, ao posicionar a normalização com a Rússia."

Conexão diplomática



POR SILVIO QUEIROZ
silvioqueiroz.df@gmail.com

Ser ou não ser amigo de Trump?

O ano se aproxima do final com uma questão existencial colocada para o governo, na frente externa. Ao fim de meses de uma interação tensa com os EUA, nos primeiros meses do segundo mandato de Donald Trump, o presidente Lula construiu uma relação fluida com o colega — chegou a confessar que ele seria "outra pessoa" no trato íntimo, diferente do negociador agressivo da cena pública. Do ponto de vista estrito das relações bilaterais, a distensão com Washington se oferece como um trunfo precioso. No cenário mais amplo do contexto interamericano, porém, coloca para o Planalto e o Itamaraty um dilema com ares shakespearianos.

Depois da "química" estabelecida no breve encontro durante a Assembleia Geral da ONU, seguido por um longo telefonema e uma reunião presencial, a última

conversa remota resultou em um entendimento inicial sobre cooperação no combate ao crime organizado. O tom contrasta frontalmente com a opção preferencial da Casa Branca por atacar militarmente o narcotráfico na América Latina. Inicialmente com foco na Venezuela, a mobilização bélica no Caribe tem agora como alvo potencial qualquer país da região, em especial a Colômbia, aliada histórica, hoje governada pelo esquerdista Gustavo Petro.

No contexto da ameaça direta e explícita de uma intervenção, a política externa brasileira balança entre dois de seus pilares. De um lado, a integração regional e a consolidação de uma "zona de paz" independente. De outro, o estabelecimento de uma relação estável e mutuamente respeitosa com a principal potência do mundo e das Américas.

Dante da abertura conseguida na

direção norte, e da amizade oferecida por Trump, Lula entra em 2026, ano de campanha pela reeleição, desafiado a responder a uma pergunta semelhante àquela que angustia Hamlet, príncipe da Dinamarca, na obra-prima teatral de William Shakespeare.

Cabo de guerra

A essência do dilema ficou estampada no apelo direto do presidente venezuelano, Nicolás Maduro, à solidariedade "do povo brasileiro". No âmbito do campo governista, e em especial dentro do próprio PT, as opiniões se dividem.

Setores à esquerda cobram do presidente e da diplomacia uma atitude mais afirmativa contra a ofensiva norte-americana. Argumentam que a integração e a integridade política latino-americana são

elementos centrais para a política externa e o projeto político do governo, em conjunto. Ao centro, outras vozes ponderam que a distensão com Washington é essencial para preservar a estabilidade, antes de tudo a econômica, com vistas à difícil disputa eleitoral com a oposição de direita, no ano que vem.

Um por todos

No pano de fundo imediato da reunião, as recentes medidas no tabuleiro ajudam a entender o que uns e outros defendem. As eleições deste ano, nos países vizinhos, fizeram a balança pendurar para a direita. Foi o caso da Bolívia, recém-admitida como quinto membro pleno do Mercosul. Agora, alinharam-se à esquerda apenas Brasil e Uruguai. Do outro lado, a Argentina de Javier Milei e o Paraguai ganharam reforço e desempataram o placar. Ainda na semana que se encerra, foi a vez de Honduras rifar

a esquerda — dois candidatos de direita, ambos afinados com Trump, disputam a presidência voto a voto.

No próximo fim de semana, será a vez de o Chile ir às urnas para o segundo turno. Ao que tudo indica, o direitista José Antonio Kast deve superar com folga a comunista Jeanette Jara, candidata pelo bloco de esquerda que apoiou até aqui o governo de Gabriel Boric. Em meados do ano que vem, a meio caminho de enfrentar as urnas, Lula torcerá para que um aliado seja eleito sucessor de Gustavo Petro, na Colômbia, em cenário difícil, no qual o carisma pessoal do atual presidente pode ser um desfalque incontornável para o campo anti-Trump.

Ainda que conquiste o quarto mandato, em outubro, Lula poderá se ver diante de um cenário em que restarão, como aliados, além de Cuba, o México de Claudia Sheinbaum e a Venezuela de Maduro — que, desde a controversa reeleição em 2024, foi colocado no "gelo" pelo Planalto e pelo Itamaraty.